

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

Disciplina: LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA

Período: 10º

Carga Horária: 36 h/a

Ano: 2018.

EMENTA

Objetiva o estudo de instrumentos processuais utilizados nas demandas que envolvem controvérsias na esfera do Direito Constitucional e Administrativo. Nessa perspectiva, proporciona o manejo de instrumentos aptos à defesa de direitos fundamentais, como o meio ambiente saudável, o acesso à saúde pública, a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como o resguardo de direitos individuais. Ressalte-se, que a proteção desses direitos será estudada por meio da judicialização e pela resolução das demandas na esfera administrativa (resolução acordada), com o intuito de preparar o estudante para o litígio - quando este for inafastável - mas, sobretudo, para a resolução amigável do conflito.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao corpo discente conhecimento relativo à elaboração das peças processuais no âmbito do Direito Constitucional e Administrativo a partir do estudo de casos de natureza prática

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Analisar, sob uma perspectiva prática, os remédios constitucionais;
- 2) Estudar, também sob o viés da prática forense, as ações que instauram o controle de constitucionalidade das normas;
- 3) Elaborar pareceres consultivos sob demandas que envolvam o direito público; Compor recursos de natureza administrativa;
- 4) Elaborar petições iniciais e contestações relativas às ações de improbidade.

METODOLOGIA

O conteúdo programático será cumprido observando-se o seguinte roteiro: a partir da apresentação/discussão de um caso concreto (inspirado, inclusive, em situações concretas/reais, nos Exames da OAB e de certames diversos), cada um dos acadêmicos elaborará, individualmente, a peça processual adequada para a questão de direito constitucional e/ou administrativo apresentada. Os casos discutidos exigirão do acadêmico conhecimento prévio dos temas abordados, que foram tratados nas Disciplinas de Direito Constitucional e Administrativo no decorrer do curso.

AValiação

Os estudantes serão avaliados por meio das avaliações marcadas, previamente, pela Instituição de Ensino (1a e 2a unidades); pelas peças elaboradas; análise de casos

concretos. Bem como, pela frequência e participação em sala de aula, sempre de modo colaborativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Pareceres Consultivos
2. Recursos Administrativos
3. Impugnação a edital
4. Ação Civil Pública
5. Ação Civil de Improbidade Administrativa
6. Contestação à Ação Civil de Improbidade Administrativa
7. Ação Popular
8. *Habeas Data*
9. *Mandado de Injunção*
10. Mandado de Segurança Individual
11. Mandado de Segurança Coletivo
12. Ação Direta de Inconstitucionalidade por ação e por omissão
13. Ação Declaratória de Constitucionalidade
14. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
15. Reclamação Constitucional

BIBLIOGRAFIA

Básica

BARROSO, Darlan; ANDRADE, Flávia Cristina Moura de; TEIXEIRA, Patrícia Carla de Farias; ROSIO, Roberto. **Prática em Direito Administrativo**. Coleção Prática Forense. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017 v. 2

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Pareceres de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Prática Constitucional**. Coleção Prática Forense. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 1

Complementar

ARANHA, Flora Augusta Varela. O controle da omissão inconstitucional no direito brasileiro: considerações em torno da Lei do Mandado de Injunção. *In: Revista de Direito Constitucional e Internacional* | vol. 107/2018 | p. 15 - 34 | Maio - Jun / 2018 | DTR\2018\14576. Disponível em: <https://www.revistadoatribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).

CARPENA, Heloisa, ORTENBLAD, Renata. Ganha mas não leva, por que o vencido nas ações civis públicas não paga honorários sucumbenciais ao Ministério Público. *In: Revista de Processo* | vol. 280/2018 | p. 335 - 350 | Jun / 2018 | DTR\2018\14359. Disponível em: <https://www.revistadoatribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A Fazenda Pública em Juízo**. 15 ed. São Paulo: Gen/Forense, 2018.

FIGUEIREDO CRUZ, Luana Pedrosa de, GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. Questões Relevantes sobre a prescrição nas ações de ressarcimento ao erário com fundamento em ato de improbidade administrativa. In: **Revista de Processo** | vol. 277/2018 | p. 463 - 485 | Mar / 2018 | DTR\2018\8998. Disponível em: <https://www.revistadotribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).

LAZARI, Rafael José Nadim de, RAZABONI JUNIOR, Ricardo Bispo. A modulação de efeitos no controle difuso de constitucionalidade: análise com base em caso concreto. In: **Revista de Direito Constitucional e Internacional** | vol. 105/2018 | p. 15 - 28 | Jan - Fev / 2018 | DTR\2018\8032. Disponível em: <https://www.revistadotribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).

ZAMPAR JÚNIOR, José Américo. Alguns aspectos do juízo de admissibilidade do mandado de segurança. In: **Revista de Processo** | vol. 273/2017 | p. 343 - 373 | Nov / 2017 | DTR\2017\6556. Disponível em: <https://www.revistadotribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).